

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	7
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	9
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	10
2.5 Medições não contábeis	11
2.6 Eventos subsequentes as DFs	12
2.7 Destinação de resultados	13
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	14
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	15
2.10 Planos de negócios	16
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	19
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	20
5.2 Descrição dos controles internos	22
5.3 Programa de integridade	24
5.4 Alterações significativas	26
5.5 Outras informações relevantes	27

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao final do exercício de 2023, a Companhia contava com disponibilidades no valor de R\$ 426,3 milhões, praticamente estável versus 2022 (queda de 2,38%). Além disso, a Companhia não registrou endividamento no exercício.

<i>(valores expressos em milhões de reais (R\$))</i>	2023
ECONÔMICO-FINANCEIROS	
Receita operacional líquida	603.3
Custo de geração e prestação de serviços	(442,8)
Lucro Líquido do exercício	150,5
Dívida bruta	-
Lucro por ação (R\$)	4,07
Liquidez corrente	6,01
Liquidez seca	6,00
Liquidez imediata	2,80

O índice de liquidez corrente indica que a Companhia dispõe de recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. A administração da Companhia considera que os índices de liquidez e endividamento geral estão em níveis adequados.

A análise do ativo e do passivo circulante indica que a Companhia possui capital de giro que possibilita sua liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, obrigações e outros valores.

b. Estrutura de capital

A administração da Companhia entende que a estrutura de passivos bastante alongada observada ao final de 2023 está adequada à estratégia de longo prazo. As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão abertas no quadro a seguir, relativo ao passivo (**Valores expressos em milhares de reais**):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

		Controladora		Consolidado	
	Notas explicativas	31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		4.639	9.633	5.136	10.124
Folha de pagamento.....		3.543	3.783	3.543	3.783
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	16	16.405	16.500	16.405	16.500
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	60.000	37.457	60.000	37.457
Tributos e contribuições sociais.....		7.137	7.182	7.294	7.353
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	-	316	-
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	24.7	31.586	10.532	31.586	10.532
Encargos de uso da rede elétrica.....		170	180	170	180
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	17.314	12.394	17.314	12.394
Outras obrigações - Comgás.....	21	626	626	626	626
Obrigações Especiais - RGR.....	19	1.801	1.801	1.801	1.801
Obrigações Setoriais.....		4.041	899	4.049	906
Outros passivos.....	22	3.897	5.093	3.897	5.093
		151.159	106.080	152.137	106.749
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	298.121	262.035	298.121	262.035
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	18.1	105.199	120.533	105.199	120.533
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	427.753	359.167	427.753	359.167
Outras obrigações - Comgás.....	21	11.223	11.851	11.223	11.851
Obrigações Especiais - RGR.....	19	3.599	5.399	3.599	5.399
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
		846.664	759.754	846.664	759.754
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	24	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		42.865	91.510	42.865	91.510
Reservas de lucros.....		373.083	315.491	373.083	315.491
Dividendo adicional proposto.....		-	44.640	-	44.640
		1.088.489	1.124.182	1.088.489	1.124.182
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		2.086.312	1.990.016	2.087.290	1.990.685

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050.000,00 (um bilhão, cento e dezesseis milhões e cinquenta mil reais) mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar através dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 2.1 b.

A EMAE não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia não realizou qualquer operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos. Suas operações têm sido financiadas com recursos próprios.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta liquidez suficiente para fazer frente aos investimentos e obrigações, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas a seguir refletem as informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e comentários sobre as variações mais relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Variação da demonstração do resultado do exercício

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
RECEITA LÍQUIDA.....	25	558.887	491.341	603.326	532.685
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	26	(424.716)	(442.203)	(442.849)	(459.606)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		134.171	49.138	160.477	73.079
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	26	(113.050)	(125.562)	(112.435)	(124.529)
Outras receitas e (despesas).....	26	29.261	21.974	29.261	21.974
Equivalência Patrimonial em controlada.....		27.255	25.092	-	-
		(56.534)	(78.496)	(83.174)	(102.555)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		77.637	(29.358)	77.303	(29.476)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	27	61.609	53.870	64.375	56.043
Despesas.....	27	(2.105)	(1.498)	(2.200)	(1.516)
Variações monetárias líquidas.....	27	19.857	53.135	19.857	53.135
		79.361	105.507	82.032	107.662
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		156.998	76.149	159.335	78.186
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	9.1/9.2	(54.811)	(82.996)	(57.148)	(85.033)
Diferidos.....	9.1/9.2	48.293	74.862	48.293	74.862
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	24.2	150.480	68.015	150.480	68.015
LUCRO ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores e não controladores.....		150.480	68.015	150.480	68.015
LUCRO BÁSICO POR:					
Ação preferencial.....	24.2	R\$ 4,2258	R\$ 1,9100	R\$ 4,2258	R\$ 1,9100
Ação ordinária.....	24.2	R\$ 3,8416	R\$ 1,7364	R\$ 3,8416	R\$ 1,7364

Comentários sobre as variações mais relevantes

Receita operacional

Em 2023 a receita líquida atingiu R\$ 603,3 milhões, 13,3% superior aos R\$ 532,7 milhões contabilizados em 2022. Contribuiu para o aumento o acréscimo de R\$ 33,4 milhões na receita de cotas de energia em razão do reajuste tarifário ciclo 22/23 somado a 2ª revisão tarifária realizada em julho de 2023 e ao incremento de 103,4% na energia verificada em 2023, totalizando 1.532.095 MWh, ante os 753.369 MWh gerados em 2022. No exercício contamos ainda com acréscimo de R\$ 34,5 milhões na receita relativa à construção de ativos da concessão, elevação de R\$ 2,9 milhões na receita de suprimentos da controlada Pirapora Energia, e adição de R\$ 2,7 milhões nas receitas de prestação de serviço.

Custo do serviço de energia elétrica

Os custos dos serviços de energia elétrica no exercício foram de R\$442,8 milhões, queda de 3,6% em relação aos R\$459,6 milhões de 2022.

As principais reduções provêm da queda de R\$ 42,2 milhões em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários; redução de R\$ 13,8 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego do plano de previdência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

complementar em razão da redução do déficit apurado em 2022, da redução de R\$10,7 milhões na provisão para investimentos na concessão decorrente da revisão periódica do plano de investimentos e da queda de R\$ 9,7 milhões em custos com serviços de terceiros.

Em sentido oposto ocorreu a elevação de R\$ 34,5 milhões nos custos de construção dos ativos da concessão, do aumento de R\$ 13,0 milhões nos custos de pessoal relativos ao Programa de Demissão Incentivada – PDI e da alta de R\$ 11,9 milhões em encargos setoriais como CUSD, CUST e CFURH.

Despesas gerais e administrativas

Quanto às despesas gerais e administrativas, o valor apurado no exercício foi de R\$112,4 milhões, queda de R\$12,1 milhões em comparação aos R\$124,5 milhões de 2022.

Parte dessa melhora nas despesas advém do aumento de R\$12,3 milhões na recuperação de despesas decorrentes da reclassificação de depósitos judiciais inicialmente registrados como despesa do exercício e da redução de R\$11,6 milhões nas despesas de benefícios pós-emprego do plano de previdência complementar administrado pela Vivest.

Outras receitas e despesas

Em 2023 a rubrica outras receitas e despesas apresentou resultado positivo da ordem de R\$ 29,3 milhões. O principal impacto tem sua origem no ajuste positivo a valor justo das áreas classificadas nas rubricas investimento, R\$ 13,9 milhões, R\$ 17,1 milhões relativos aos ativos não circulantes destinados à venda e R\$ 1,5 milhão a título de mais valia na participação acionária na Empresa Universo Fotovoltaico Flutuante. No exercício a Companhia apurou ainda ganho de R\$ 0,8 milhão decorrente da alienação de equipamentos desmobilizados da antiga Estação de Transformação de Usina - ETU Traição acrescida de R\$ 0,2 milhão por conta de desapropriações de áreas. Reduzindo o resultado temos o valor da transferência contábil de imóveis vinculados à concessão, da ordem de R\$ 2,5 milhões anteriormente registrados no patrimônio da companhia, somada aos gastos de R\$ 1,9 milhão de patrocínios e doações.

Resultado financeiro

Em 2023 destaca-se a rentabilidade das aplicações financeiras que no exercício proporcionou receita de R\$ 55,4 milhões, R\$ 12,7 milhões a mais que em 2022. Contribuiu para a melhora a manutenção de caixa médio de R\$ 430 milhões em 2023 ante aos R\$ R\$ 355,4 milhões médios de 2022 somada a uma taxa Selic média maior em 2023 em comparação ao exercício anterior, 13,25% em 2023 e 12,63% em 2022, respectivamente.

No exercício mesmo com impacto favorável das aplicações, o resultado financeiro ficou 23,8% menor que o apurado em 2022 por conta da menor variação do IGPM que corrige o contrato de arrendamento da Usina Termoeletrica Piratininga que no exercício de 2023 registrou -3,18%, ante os 5,46% obtidos em 2022.

Lucro líquido

No exercício, o resultado antes dos impostos foi de R\$ 159,3 milhões, aumento de 103,8% em relação aos R\$ 78,2 milhões de 2022. Entretanto, devido ao impacto tributário decorrente do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP de R\$ 105,8 milhões declarados em 2023 (R\$ 41,2 milhões referentes ao resultado de 2022 e R\$ 64,6 milhões atribuídos ao exercício de 2023), somados ao resultado de equivalência patrimonial de R\$ 27,3 milhões auferidos por sua controlada, a Companhia encerrou o ano de 2023 com despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da ordem de R\$ 8,9 milhões, queda de 12,9% em relação aos R\$ 10,2 milhões registrados em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2022. A queda nas despesas mesmo com um aumento relevante de R\$ 81,1 milhões no resultado antes dos impostos demonstra a ótima gestão fiscal/ financeira realizada pela administração da Companhia.

Como reflexo dos fatores apresentados a EMAE apurou em 2023 lucro líquido de R\$ 150,5 milhões, aumento de 121,2% em relação aos R\$ 68,0 milhões apurados em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Conciliação da receita operacional líquida

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 25.2).....	506.157	472.754	506.157	472.754
Suprimento de energia - leilão (Nota 25.2).....	-	-	45.288	42.371
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.2).....	16	5	817	523
Renda da prestação de serviços (Nota 25.3).....	14.943	12.249	14.943	12.249
Outras receitas.....	3.253	3.305	3.287	3.326
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 12)....	102.539	68.085	102.539	68.085
	626.908	556.398	673.031	599.308
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(51.628)	(49.477)	(53.012)	(50.764)
PIS sobre receitas operacionais.....	(11.209)	(10.742)	(11.509)	(11.021)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(747)	(649)	(747)	(649)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(4.437)	(4.189)	(4.437)	(4.189)
	(68.021)	(65.057)	(69.705)	(66.623)
RECEITA LÍQUIDA.....	558.887	491.341	603.326	532.685

Energia Elétrica Vendida

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	1.532.095	753.370	506.157	472.754	1.532.095	753.370	506.157	472.754
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	130.819	123.569	45.288	42.371
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	16	5	-	-	817	523
Total.....	1.532.095	753.370	506.173	472.759	1.662.914	876.939	552.262	515.648

- Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG;
- Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os custos dos serviços de energia elétrica no exercício foram de R\$442,8 milhões, queda de 3,6% em relação aos R\$459,6 milhões de 2022.

As principais reduções provêm da queda de R\$ 42,2 milhões em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários; redução de R\$ 13,8 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego do plano de previdência complementar em razão da redução do déficit apurado em 2022, da redução de R\$10,7 milhões na provisão para investimentos na concessão decorrente da revisão periódica do plano de investimentos e da queda de R\$ 9,7 milhões em custos com serviços de terceiros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em sentido oposto ocorreu a elevação de R\$ 34,5 milhões nos custos de construção dos ativos da concessão, do aumento de R\$ 13,0 milhões nos custos de pessoal relativos ao Programa de Demissão Incentivada – PDI e da alta de R\$ 11,9 milhões em encargos setoriais como CUSD, CUST e CFURH.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Desde janeiro de 2013, as usinas cujas concessões foram prorrogadas no regime de cotas recebem receita anual de geração, fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A mudança significativa nesse modelo ocorreu a partir da revisão tarifária de julho de 2018, quando a receita anual de geração foi incrementada com uma parcela de recursos destinada à realização de melhorias nas usinas cotistas. A metodologia foi revisada novamente em 2023, prevê um redutor de 0,7038% a.a. sobre a parcela destinada à Operação e Manutenção, a título de fator de compartilhamento de eficiência – “Fator X” e uma redução progressiva sobre a parcela de recursos anteriormente vigente para Investimentos na Concessão para as usinas sob gestão da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- (b)** A Receita Anual de Geração é regulada pela ANEEL e revisada a cada 5 anos sendo corrigida pelo IPCA nos anos intermediários.
- (ii)** os encargos de uso da rede elétrica são reajustados por índices de inflação (IPCA), em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 5 anos.
- (b)** despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv)** o resultado financeiro é impactado pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE e pela variação do IPCA sobre o contrato com a SABESP.
- (v)** o saldo do contrato de dívida do plano previdenciário saldado (BSPS) é impactado pela variação do IPCA.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

i. Novas normas e alterações emitidas em 2023

CPC 12 (R1) Ajuste a Valor Presente

Este Pronunciamento tem como objetivo esclarecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e passivo em razão da elaboração de demonstrações contábeis. Esta norma substitui o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente aprovado em 05 de dezembro de 2018.

A Companhia analisou o CPC 12 (R1) e não identificou impacto relevante em razão da sua aplicação.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº22/2022

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20(R1) e CPC 41 em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes em razão da aplicação da revisão nº22/2022

Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 23/2023

Esta revisão estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2) em razão das alterações de classificação de Passivos como Circulante e Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento. A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão nº 23/2023.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24/2023

Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1) em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamentos de Fornecedores. A vigência destas alterações está condicionada a aprovação dos órgãos reguladores.

A Companhia analisou as alterações e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão 24/2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da EMAE, encerradas em 31 de dezembro de 2023, não apresentou ressalvas, mas destacou ênfases nos temas do Ativo Reversível da Concessão e do Ativo Não Circulante Destinado à Venda. No caso do ativo reversível, referiu-se a investimentos que deverão ser indenizados pela ANEEL, calculados com base no valor residual. Após manifestação de interesse da EMAE por indenização e envio de uma avaliação detalhada, a ANEEL estabeleceu um valor de indenização, justificando a manutenção da estimativa original de valor recuperável. Simultaneamente, abordam o ativo não circulante destinado à venda, mencionando imóveis avaliados a valor justo, porém ainda não negociados. A conclusão reforça a conformidade das práticas contábeis utilizadas pela EMAE.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

A EMAE tem por prática a divulgação do seu EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) em seus resultados anuais. Ressalta-se que a Companhia segue o que determina Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A geração de EBITDA foi positiva em R\$ 84,4 milhões, aumento de R\$ 108,1 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ -23,7 milhões do ano anterior.

	2023	2022	Δ% ANO
Receita operacional líquida	603,3	532,7	13,3
Custo	-442,8	-459,6	-3,6
Despesas operacionais	-112,4	-124,5	-9,7
Depreciação e amortização	7,1	5,8	21,8
EBITDA*	84,4	-23,7	-
%ROL	14,0	-4,4	18,4 p.p
Receita operacional líquida AJUSTADA	500,8	464,6	7,8
EBITDA AJUSTADO**	101,4	17,7	-
% ROL AJUSTADA	20,3	3,8	16,5 p.p

Valores expressos em milhões de reais (R\$)

* O EBITDA (sigla para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

** O EBITDA ajustado exclui do seu cálculo a rubrica outras receitas e despesas, custos com o Plano de Demissão Incentivada e parte dos gastos incorridos com o plano de benefícios pós-emprego PSAP/EMAE. Além dos expurgos já mencionados no EBITDA ajustado, na margem líquida ajustada está sendo excluída as receitas relativas à construção dos ativos da concessão.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como medida de seu desempenho operacional. A EMAE entende que esse indicador representa adequadamente a capacidade da Companhia de gerar recursos com nossas atividades operacionais, isento de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis. O indicador é também amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho das operações e comparar o desempenho entre diferentes Companhias, ainda que não represente nossa real geração de caixa e, portanto, não dever ser usado como tal.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve qualquer evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

A Administração da EMAE poderá propor à Assembleia Geral a destinação de até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição das Reservas Estatutárias, sem prejuízo do que trata o item 2.7.b: (i) Reserva para Recomposição de Ativos: destinada à formação de fundo para a realização dos investimentos visando à modernização técnica das usinas da EMAE e, também, para os investimentos necessários às melhorias e expansão; e (ii) Reserva para Outorga: destinada à formação de fundo para concentrar recursos financeiros exclusivos para que a EMAE dê continuidade às suas atividades, seja pela aquisição onerosa da própria concessão ou de qualquer outra que lhe permita cumprir o seu objeto social. Ressalta-se que os saldos das Reservas Estatutárias, em conjunto com as demais Reservas de Lucros, exceto as para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar, não poderão ultrapassar o Capital Social integralizado.

b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o que determina o estatuto social da Companhia em seu Artigo 35, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, haverá a distribuição de um dividendo obrigatório mínimo de 25%, sendo assegurado às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos 10% (dez por cento) superior comparado às ações ordinárias. O dividendo poderá ser pago pela empresa sob a forma de juros sobre o capital próprio pela Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendo

De acordo com o estatuto da Companhia, o pagamento de dividendos é feito com base no lucro líquido ajustado apurado nas demonstrações contábeis levantadas no encerramento do exercício. O estatuto inclui também previsão para o pagamento de dividendos com base em balanços intermediários ou intercalares, os quais devem ser aprovados pelo Conselho de Administração.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de distribuição de dividendos da Companhia segue as diretrizes estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, informações disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.emaecom.br/>) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

iii. contratos de construção não terminada

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Comentários sobre itens não evidenciados não são aplicáveis, pois a companhia não adota tais práticas.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A EMAE investiu, no decorrer do exercício de 2023, R\$ 132,8 milhões em suas instalações de geração e estruturas hidráulicas, com vistas a modernizar, ampliar a eficiência e atender os indicadores de qualidade, além de reduzir os riscos relacionados à sua operação. Os investimentos foram direcionados, em grande parte, somando um montante de 128,46 milhões para a manutenção da confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos de geração.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios, Ativos da Concessão.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia possui imóveis destinados à venda, classificados no ativo não circulante, totalizando R\$ 255,4 milhões em 2023, comparado a R\$ 238,3 milhões em 2022. Com base em laudos de avaliação justa, foram registrados dois imóveis importantes: o terreno do Parque Villa Lobos e os Terrenos Zuccolo (Bota-Fora 14), inicialmente como propriedades para investimento e posteriormente realocados como ativo não circulante mantido para venda após aprovação do Conselho de Administração. Esses imóveis estão programados para alienação através de processo licitatório durante 2023. Até o momento, a Companhia não concretizou negociações ou acordos de venda para esses ativos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos bens.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

2.10 Planos de negócios

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

Em novembro de 2023, a companhia comunicou que estabeleceu uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) com a empresa KWP Energia S.A., com o objetivo de realizar a implantação e exploração comercial de Centrais Geradoras Fotovoltaicas Flutuantes com até 80 MW de capacidade instalada. Essas Centrais serão instaladas no Reservatório Billings e operarão na modalidade de geração distribuída. A EMAE terá participação de 5% no capital da sociedade, obtida por meio da cessão do direito de uso da superfície do reservatório e detém a opção de aumentar sua participação até 49% do capital da SPE, mediante aporte de recursos. Com essa iniciativa, a EMAE avança no desenvolvimento de fontes alternativas e sustentáveis para a geração de energia elétrica, em linha com sua estratégia de longo prazo e com as principais tendências mundiais.

Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido em 2022, pela empresa EDGE S.A.

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato).

Alienação de imóveis

A EMAE tem continuamente avaliado seus imóveis e destina à venda aqueles que não aportam para a atividade operacional.

Atualmente os dois principais imóveis à venda são um prédio situado na Rua Augusta e uma área adjacente à Marginal Pinheiros, próxima à junção com a Marginal Tietê.

2.10 Planos de negócios

b. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D ANEEL

Em 2023 a EMAE segue com o projeto de soluções alternativas inovadoras para Planos de Ação de Emergência em regiões de alta densidade populacional e edificações verticais, com a Universidade Federal de Uberlândia e empresa associada. Esse projeto visa automatizar técnicas de alerta e aperfeiçoar práticas de evacuação por meio de inovações tecnológicas da engenharia 4.0.

c. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O ousado projeto de P&D da EMAE junto a ANEEL para criar o Plano de Ação de Emergência (PAE) para áreas próximas a barragens em locais densamente habitados. O objetivo visa desenvolver sistemas de alerta e comunicação para as Zonas de Auto Salvamento (ZAS) abaixo das barragens. Conduzido pela Universidade Federal de Uberlândia, o projeto de 42 meses busca inovações para notificações em emergências, visando reforçar a segurança e facilitar a implementação do PAE em 19 estruturas da EMAE. Financiado com R\$ 4,1 milhões dos encargos de P&D da Receita Anual de Geração (RAG) das Usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes, com seu desembolso distribuídos entre os anos de 2023 a 2026.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A EMAE está focada em expandir suas iniciativas relacionadas a sustentabilidade, por meio de energias renováveis, especialmente com o desenvolvimento de projetos de energia solar fotovoltaica flutuante. Esta iniciativa visa gerar impactos positivos tanto para a economia quanto para o meio ambiente, com a empresa destacando a capacidade de aumentar a oferta de energia elétrica em até 130MW através da instalação de novas usinas fotovoltaicas sobre o Reservatório Billings. Em linha com seu Planejamento Estratégico e compromissos ambientais, a EMAE está formando parcerias e constituindo Sociedades de Propósito Específico (SPEs), como a já estabelecida em novembro de 2023, para a implantação desses projetos. A fase atual envolve a implantação da primeira usina fotovoltaica flutuante no Reservatório Billings, que terá uma potência de conexão de 5MW, demonstrando o compromisso da Companhia com a adoção de soluções energéticas sustentáveis e inovadoras.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Nada a acrescentar, uma vez que todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Sim, a EMAE desenvolveu a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, o documento foi implementado em 18/03/2020, e reforçando o comprometimento com a evolução de suas práticas de governança, riscos e conformidade (GRC), em dezembro de 2023, a EMAE atualizou sua Política de Gestão de Riscos, revisando as diretrizes em relação à identificação e gerenciamento de riscos corporativos que possam vir a impactar o negócio e o alcance de suas estratégias.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento, quando houver, incluindo:

i. riscos para os quais se busca proteção.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

As atividades de Gestão de Riscos preconizam as seguintes diretrizes:

As atividades de Gestão de Riscos devem considerar o alinhamento da estratégia da EMAE com sua missão, visão e valores, bem como as implicações do plano adotado;

A Gestão de Riscos da EMAE deve ser vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração, devendo o estatuto social prever as atribuições da área, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente;

O Conselho de Administração e a Diretoria devem promover a Gestão de Riscos na Empresa, assegurar a prática das diretrizes e o engajamento aos procedimentos de gerenciamento de riscos;

O gerenciamento de riscos deve fazer parte da cultura da EMAE, permeando os processos de gestão, controles internos, conformidade e auditoria interna, promovendo a identificação antecipada dos riscos e a sua gestão tempestiva;

Os riscos identificados devem ser analisados, classificados, priorizados e ter sua estratégia de tratamento e monitoramento definida;

As tomadas de decisão da EMAE devem considerar os riscos envolvidos, visando a preservação e a criação de valor da Empresa;

A melhoria contínua do processo de gerenciamento de riscos deve ser promovida por meio de ciclos anuais de avaliação e revisões independentes, a fim de assegurar a eficácia do gerenciamento dos riscos;

O processo de gerenciamento de riscos ocorre por meio da captura dos riscos associados ao planejamento estratégico, negócio e processos da EMAE, avaliando sua criticidade (impacto e probabilidade), identificando as

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ações mitigatórias e controles internos existentes e, posteriormente, definindo seu tratamento, monitoramento e reporte;

Os riscos devem ser registrados em um portfólio e matriz, que devem ser revisados anualmente ou a qualquer momento, considerando os acontecimentos relacionados às estratégias e à mudança na probabilidade dos riscos e na eventualidade da sua materialização o impacto; e

O monitoramento contínuo dos riscos requer a utilização de indicadores, os quais devem ser avaliados e reportados, pelo Comitê Executivo de Riscos, periodicamente ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A Companhia possui a Coordenadoria de Gestão de Riscos subordinada ao Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno em sua estrutura organizacional, responsável pela identificação, classificação e avaliação dos riscos que a Companhia está sujeita, Comitê Executivo de Riscos, Conselho Fiscal de funcionamento permanente, Comitê de Auditoria e os Departamentos de Auditoria Interna e de Controladoria

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a estrutura organizacional é adequada e permite o bom desempenho e a conformidade do ambiente controlado. Conforme mencionado, o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, o Departamento de Auditoria Interna e a área de Controladoria desempenham, no dia a dia, esse papel. Para tanto, se valem, principalmente, do sistema integrado SAP/R3, que por meio de parametrização permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores. Ademais, a Companhia se vale da Auditoria Interna para avaliar processos e controles internos existentes, assim como recomendar novas rotinas para melhorar a precisão e confiabilidade das informações e mitigar riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A EMAE estabelece as diretrizes para a realização dos seus processos por meio dos documentos de governança e de gestão. Esses documentos explicitam os valores, a alçada e a competência para execução das atividades, bem como padroniza e estabelece as regras para a execução dessas atividades.

O controle das atividades da Empresa é realizado por meio do sistema SAP/R3, que é uma ferramenta parametrizada para refletir as regras do negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. No SAP/R3 estão determinadas as segregações de funções e níveis de aprovações, o orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio e o fluxo de caixa. Com isso, permite-se o controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE com adequado grau de confiabilidade e a correta aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores, CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar os processos e controles internos existentes, bem como estabelecer novas rotinas com vistas a reduzir prazos, aumentar a precisão e a confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos, há o Departamento de Auditoria Interna, valendo-se, usualmente, de comitês multidisciplinares para trabalhos específicos com essa finalidade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas.

A EMAE possui uma estrutura dedicada exclusivamente aos controles internos, a qual está sob responsabilidade da Coordenadoria de Controle Interno, subordinada ao Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno.

O Departamento de Orçamento e Finanças é responsável pelo controle econômico-financeiro e orçamentário; pelas contabilidades geral, patrimonial e de custos; pela área fiscal e, também, pela área de tarifas. Atuando de forma a observar às normas societárias, contábeis, tributárias e regulatórias aplicáveis.

O Departamento de Auditoria Interna, que se reporta funcionalmente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e administrativamente à Presidência, é responsável pela verificação da consistência das informações e processos realizados na Companhia, além de observar o atendimento aos instrumentos de gestão e governança.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna é reportado, por meio de relatório, aos Diretores e Gerentes envolvidos e ao Diretor-Presidente. Para eventuais deficiências identificadas são implementados planos de ação, com a indicação do responsável e da data de implantação, que são acompanhados pela área de Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possa impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

5.2 Descrição dos controles internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

No curso dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, os auditores independentes apresentam a carta de controles internos na qual, quando identificadas, são apresentadas eventuais deficiências ou sugestões para melhorias identificadas. Ressaltamos que o parecer dos auditores não contém ressalva ou comentário decorrente de deficiência nos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Diretoria adota a prática de discutir cada apontamento com a área responsável pelo assunto, planejando e adotando as medidas corretivas necessárias para solução da deficiência, definindo cronogramas detalhados para cada deficiência relatada. A Auditoria Interna, que se reporta funcionalmente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, acompanha as medidas propostas quanto a implementação pelos responsáveis, reportando à diretoria os resultados apurados.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:´

se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Companhia possui um Programa de Integridade e todos os colaboradores são submetidos a ele, possui também um Código de Conduta e Integridade e um canal de denúncia aberto para o recebimento de denúncias de terceiros. Adicionalmente, instalou um Comitê de Ética para recepção, julgamento e proposição de sanções das denúncias de infração ao Código de Conduta e Integridade.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

As estruturas organizacionais são Auditoria Interna, responsável aferição do Programa de Integridade, incluindo o funcionamento do canal de denúncias e o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, responsável pelo monitoramento, com criação formalmente aprovada e com independência de seus dirigentes. A Auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno à Presidência, e ao Conselho de Administração, quando necessário.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.*

Sim, possui código de ética e se aplica a todos os administradores, conselheiros fiscais, empregados e a fornecedores, prestadores de serviço e todo aquele que atua em nome da EMAE.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.*

Anualmente a Companhia promove o treinamento relativo ao Código de Conduta e Integridade para todos os colaboradores, incluindo administradores, membros do conselho fiscal e comitê de auditoria.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.*

As violações ao Código de Conduta e Integridade são passíveis de aplicação de medidas disciplinares que podem resultar em advertência, suspensão ou dispensa por justa causa.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A versão vigente do Código de Conduta e Integridade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 06/12/2023. O referido documento está disponível em www.emae.com.br e em <https://ri.emae.com.br>, em ambos os sites na área de governança.

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.*

A EMAE conta com canal de denúncias operando por empresa terceirizada em benefício da independência.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.*

O canal é acessível a todos os públicos, 24 horas por dia, por meio de link ou telefone, ambos disponíveis no site da Companhia.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé.*

O anonimato e a proteção ao denunciante são premissas básicas prevista no Código de Conduta e Integridade da Companhia.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Comitê de Ética com auxílio do Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Em seu Programa de Integridade, a Companhia prevê procedimentos de diligência com o objetivo de identificar os riscos envolvidos em relações contratuais. Tal prática é adotada, também, em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A EMAE possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos”:

A Companhia entende que não houve alteração nos principais riscos a que está sujeita.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas previstas nos demais itens da seção 5 deste Formulário de Referência.